CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 1623/78

INTERESSADO: FRANCISCO OCTÁVIO ALMEIDA PRADO

ASSUNTO : Contrato do interessado para lecionar Circuito Administrativo, no Departamento de Direito do Estado e Direito Internacional da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo - Desfavorável -

RELATOR : Cons. Renato Alberto T. Di Dio

PARECER CEE Nº 1442/78 - CTG - APROVADO EM 22/11/78

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO:

O Sr. Diretor da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo submete à aprovação deste Conselho o nome do Bacharel Francisco Octávio Almeida Prado para, como contratado na categoria de Professor I, ministrar aulas da disciplina obrigatória "Direito Administrativo", do Departamento de Direito do Estado e Direito Internacional, na 4ª série do Curso de Bacharelado.

O referido professor, indicado para substituir o Professor Dr. Dosa Cretella Júnior, que pediu demissão do cargo, é graduado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1971). Em 1975, fez Curso de Especialização em Direito Tributário na Universidade Católica de São Paulo.

Foi instrutor voluntário no I Curso de Especialização em Direito Administrativo, organizado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob responsabilidade do Serviço de Extensão Cultural, de março a junho do 1972.

Foi Assistente na cadeira de Direito Administrativo das Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU, durante o ano de 1973.

Estudou, em seu curso de graduação, conforme histórico escolar a fl.8, a disciplina para a qual está sendo proposto, num total de 120 horas, em dois períodos semestrais.

A grade horária é aceitável.

2. FUNDAMENTAÇÃO:

Diz o §1º do artigo 6º da Deliberação CEE nº 8/76 que "O Professor I será o que, além das exigências do artigo 4º, "caput"

desta Deliberação, apresenta título relacionado nas Letras A, B, C, E, do mesmo artigo, a ser apreciado pela Câmara do Ensino do Terceiro Grau.

Parece-nos que o interessado não preenche os requisitos mínimos. Não possui trabalhos publicados sobre a especialidade (Letra A). Não há prova nos autos de "Exercício Técnico-Profissional, no qual a matéria tenha direta aplicação" (Letra B). Não fez curso de Pós-Graduação, Especialização ou Aperfeiçoamento em Direito Administrativo (Letra C). Não apresenta outros títulos que possam ser considerados capazes de qualificá-lo para o ensino da disciplina.

O fato de ter sido "Instrutor Voluntário" e "Assistente" -funções cujo exercício independeram do pronunciamento do Conselho- não caracteriza exercício do magistério da disciplina em outro curso superior "autorizado ou reconhecido", nos termos da Deliberação CEE nº 08/76.

II- CONCLUSÃO

À vista do exposto, nosso voto é desfavorável à contratação do Bacharel Francisco Octávio Almeida Prado para, como Professor I, lecionar Direito Administrativo, no Departamento de Direito do Estado e Direito Internacional, no Curso de Bacharelado da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo.

São Paulo, 18 de outubro de 1978

Cons. Renato Alberto Teodoro Di Dio - Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara do Ensino do Terceiro Grau adota como seu parecer o voto do Relator.

Presente os nobres Conselheiros: Alpíno Lopes Casali, Celso Volpe, Eurípedes Malavolta, Henrique Gamba, Nicolas Boer, Paulo Gomes Romeo, Renato Alberto Teodoro Di Dio e Constancio Negara.

Sala da Câmara do Terceiro Grau, em 08/11/78

a) Cons. Henrique Gamba - Presidente

IV - DECISÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 22 de novembro de 1.978

a) Cons. MOACYR EXPEDITO W. VAZ GUIMARÃES
Presidente